

Governadores exigem

Sábado, 25/4/92

o fim da recessão

Marcio Batista 14.04.92

Recife — Oito dos nove governadores do Nordeste cobraram, ontem, na Sudene, o fim da política recessiva do ministro Marclio Marques Moreira, alegando que a região não tem mais condições de fazer sacrifícios porque já chegou ao fundo do poço. Eles receberam o apoio do governador de Minas, Hélio Garcia, também presente, para quem o Brasil não aguenta mais do que dois meses de recessão porque corre o risco de parar.

"Os outros ministros dizem que não podem resolver os problemas do Nordeste por causa do Ministério da Economia. Então, que se diga, pelo menos, o que pode ser feito para que nós, governadores, possamos traçar nossos planos de ação. Do jeito que vai é que não se pode trabalhar", disse o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães.

Segundo ele, é falso a União alegar e que não tem recursos para aplicar num plano de desenvolvimento macro para o Nordeste porque recentemente assumiu a dívida do metrô do Rio, estimada em US\$ 2,5 bilhões.

Com esse dinheiro, segundo Antônio Carlos, seria possível fazer no Nordeste uma dessas obras: abastecimento d'água para 27 milhões de habitantes, esgoto sanitário para 24 milhões de pessoas, 704 mil quilômetros de rede de energia elétrica, 586 mil hectares de terra irrigados, 500 mil famílias assentadas, 426 mil casas populares, 352 mil salas de aula, 102 mil quilômetros de estrada vicinal, 10.700 quilômetros de rodovias pavimen-

tadas ou 634 hospitais de grande porte.

Socorro

Antônio Carlos protestou ainda contra o atraso na liberação dos incentivos fiscais da Sudene, bem como da parcela correspondente ao PIN/Proterra. E pediu o apoio do ministro-chefe da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Ângelo Calmon de Sá, que presidia a reunião, para reaver aqueles recursos.

O ministro explicou que, ao aceitar a SDR, recebeu do Presidente da República a recomendação para dar prioridade ao Nordeste e garantiu que, do orçamento de Cr\$ 9 trilhões da sua Secretaria, para este ano, cerca de 40% serão aplicados na região.

"Faço esse protesto em nome da Bahia, e até do Nordeste. Quando clamai, sozinho, pela reforma ministerial, sentia que estava ferindo susceptibilidades. Mas, quando ela foi feita, para afastar alguns corruptos, todo o Brasil aplaudiu. Portanto, o presidente Collor tem agora a oportunidade de se fortalecer na opinião pública, mas o Nordeste não pode mais ser sacrificado", afirmou Antônio Carlos.

Joaquim Francisco, governador de Pernambuco, concordou com as palavras de ACM, dizendo que é preciso retomar os investimentos na região, enquanto Ronaldo Cunha Lima, governador da Paraíba, queixou-se de que, graças à política recessiva, a Caixa Econômica bloqueou os recursos que já estavam destinados para a construção de

uma adutora no seu Estado.

Freitas Neto, governador do Piauí, lembrou que todos os governadores nordestinos têm dado exemplos de austeridade e desejam agora receber do Governo Federal uma contrapartida para compensar os esforços feitos para equilibrar as contas públicas.

E, José Agripino Maia, do Rio Grande do Norte, alegou que os estados do Nordeste não têm mais gorduras para cortar porque já deram o máximo dos seus esforços para colaborar com o Plano de Estabilização Econômica do Ministério da Economia.

Seu protesto foi acompanhado por Edison Lobão, governador do Maranhão, e João Alves, de Sergipe, segundo os quais mesmo em período de crise é possível dar um tratamento diferenciado ao Nordeste, em termos de investimentos, porque residem na região 40 milhões de pessoas, das quais metade vivendo em situação de miséria absoluta.

A única voz que destoou do coro de protestos foi a do governador do Ceará, Ciro Gomes. Para ele, não se resolvem os problemas do Nordeste com discursos regionalistas.

"Todos queremos o desenvolvimento, mas isso só se faz com investimentos, e verbas para investir só se tem através da poupança, pública ou privada. A poupança pública não existe porque o Estado brasileiro quebrou desde 1982. E a privada vai para a especulação financeira por causa do descalabro das contas públicas", disse Ciro.